



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2024

Ata n.º 31

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de maio, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário em regime de substituição: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM**: Apreciação e deliberação das atas de 08/04/2024 e 22/04/2024; -----

**PONTO DOIS**: Tomada de conhecimento do relatório Anual 2023 da CPCJ de Albufeira; -----

**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

**PONTO QUATRO**: Discussão e deliberação da indicação de novos membros substitutos por cada força política com representação na Assembleia Intermunicipal do Algarve, para acrescentar à lista apresentada inicialmente; -----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Construção de Complexo Habitacional - Quinta do Barros, Caliços" no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Construção de Complexo Habitacional - Ferreiras" no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Construção de Complexo Habitacional - Samora Barros" no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2022 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Descarbonização dos Transportes Públicos do Município de Albufeira" no âmbito do Aviso n.º 01/C21-i12/2024 - Descarbonização dos Transportes Público; -----



**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Prestação de serviços de recolha seletiva de ecopontos e porta a porta comercial, no concelho de Albufeira, pelo valor de 850.000,00€ + IVA; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nas alíneas i) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25º da lei 75/2016, de 12 de setembro, referente à proposta de aquisição de prédio misto em Lagoas, freguesia de Ferreiras - Aprovação da minuta da escritura pública de compra e venda; -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Inês Mendonça, Dário Pereira, Luna Silva e Cláudia Raimundo. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carla Valério, Rui Bernardo, Teresa Neto e Raquel Rodrigues. Porém, quanto ao membro substituto Raquel Rodrigues, verificou-se a falta, devidamente justificada. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Samuel Caçador: "Boa noite, não sei se teve conhecimento do que aconteceu a semana passada, no túnel, um senhor foi atropelado. O que é que a Câmara pretende fazer para



evitar situações iguais, que é demasiado grave. Aquilo já era de prever que viesse a acontecer. Há muito movimento de carros ali. Não só de cargas e descargas, mas também de turistas que passam ali de carro, é lamentável o que aconteceu, morreu uma pessoa da maneira como morreu, atropelado por uma carrinha de distribuição de mercadorias. A Rua 5 de outubro tem muitos problemas desde que foi requalificada, desde os abusos de estacionamento, os contentores do lixo têm os seus próprios sítios para estar, e as pessoas desviam os contentores para o lado contrário da estrada, ou metem junto ao posto de transformação de eletricidade que está ali. As pessoas que querem despejar o lixo têm de andar ali a fazer mil e uma manobras para deitar o lixo nos contentores. Também está aí uma foto que entreguei, onde está um carro estacionado em cima do passeio, onde está uma rampa que fizeram para cadeira de rodas, os pilaretes foram lá colocados, muitos deles já desapareceram, para quê? Para estacionarem o carro, eu já mandei várias vezes através do Smart City, a sugestão para recolocar os pilaretes no sítio onde estavam, a resposta que dão é que está resolvido e nunca está. Também já solicitei à Câmara através do Smart City, colocação de lombas para reduzir a velocidade e também nada. Está aí uma foto de um tronco de uma árvore caído, no final de março, eu informei a Câmara, através do telefone, disseram que iam resolver. Passaram-se duas semanas até que foi resolvido. No dia oito de abril desloquei-me ao serviço do CIAC/GAM e a senhora que me atendeu foi ao sistema Smart City e estava lá reportado e resolvido, e estava tombado no mesmo sítio, a senhora ligou para os serviços da Câmara, a resposta que deram foi que passaram lá e não viram, porque olharam para o lado direito, o tronco estava do lado esquerdo, mas só olharam para um lado. É triste". -----

Filipe Lopes: "Boa noite, eu quero em primeiro lugar fazer um agradecimento sobre a questão da deliberação do TVDE na baixa de Albufeira, no qual estivemos aqui presentes na última sessão e fizemos algumas ponderações ao Presidente, e eu quero agradecer, porque o Senhor Presidente marcou a reunião, nos atendeu e em reunião conseguimos chegar a um não acordo. O meu agradecimento aqui, não só da minha parte, como de muitos colegas de profissão e como representante da Associação Nacional do Movimento TVDE no Algarve também fica aqui o agradecimento em nome da Associação Nacional do Movimento TVDE. Relativamente à deliberação da baixa de Albufeira, a questão da 25 de Abril e a Rua do MFA, eu também gostaria de fazer algumas ponderações. Em reunião com o senhor presidente, no qual eu estava presente, uma das minhas preocupações e que coloquei em reunião foi que, o senhor Presidente fizesse esse acordo chegar até às



autoridades locais, era uma das preocupações que tinha e solicitei em reunião, e o senhor Presidente respondeu a todos os presentes na reunião que, teria uma reunião com o comando e as autoridades responsáveis por Albufeira, para deixar isso bem entendido da parte de todos. Não sei o que aconteceu, estou aqui para saber da parte do senhor Presidente, mas nesse período da reunião até ao presente momento, tivemos diversas abordagens das autoridades locais em Albufeira, até mesmo clientes que queriam embarcar no TVDE e a dizer que policiais que estavam de serviço estavam a dizer aos clientes que não poderiam embarca na Rua de 25 de Abril. Também tive várias reclamações, até colegas que aqui estão presentes a dizer que não poderiam descer para a Rua 25 de Abril e tiveram de dar a volta no Pau da Bandeira e vir para cima novamente. Também tive reclamações de agentes da polícia, a anotar a matrícula dos TVDEs. Então eu pergunto ao senhor Presidente, ou não foram informados do nosso acordo, ou não entenderam aquilo que o Senhor Presidente solicitou. Eu não sei onde está a falha, a única preocupação que eu tinha era que, o motorista TVDE que está a fazer o seu trabalho honestamente ser prejudicado injustamente. Eu já vi que, ouve alguma falha da parte de alguém, e eu quero respostas quanto a essa questão. Por último, deixar a ponderação, também dentro do mesmo contexto, que enquanto a Câmara Municipal de Albufeira não fornecer a estrutura necessária, abro um parêntese e digo, a identificação dos locais que ficou acordado no qual não vou entrar em detalhe, o Senhor Presidente vai se expressar hoje, e quanto à estrutura no geral dentro do nosso acordo não estiver pronta, a gente também não pode ser proibido de descer até à baixa, porque senão a gente não consegue fazer o nosso trabalho e isso está dentro do nosso acordo. Só para lembrar o Presidente de deixar tudo bem descrito, como deve de ser para não haver falhas de nenhuma parte. Por último, eu queria deixar agora, não só ao senhor Presidente da Câmara, como ao senhor Presidente da Assembleia, uma ponderação, um alerta, há certas condutas de deputados e vereadores que têm muitas das vezes na internet, a última sessão estivemos aqui presentes com vários motoristas TVDE, cidadão dentro do direito, como cidadão, de estar presente dentro da sessão da Câmara e quem falou aqui, por exemplo, no microfone estava inscrito para poder falar, e depois temos que lidar com condutas de deputados ou vereadores nas redes sociais, desmerecendo a nossa categoria TVDE. Em primeiro lugar, acho que as redes sociais é uma via livre, qualquer um pode ir, porem quando se trata de um cargo, não de um cidadão comum, mas de um deputado ou vereador, deve de se ter uma postura de um vereador ou de um



deputado e eu faço aqui uma ponderação para que o Presidente da Assembleia tenha atenção a certas condutas de deputados e vereadores na internet. A mim, como cidadão e como votante, só tenho de ponderar o meu próximo voto e da minha família e vamos ver na próxima eleição como é que fica.” -----

Paulo Lopes: “Boa noite a todos, estou cá mais uma vez a bater no mesmo teclado, porque a música até hoje não mudou, estamos a dançar a mesma música. É por isso que eu estou cá outra vez. Estou à espera da resposta, nós enviámos uma carta à Câmara a solicitar informações sobre o que já fez relativamente ao barulho vindo da conduta de ventilação no centro comercial. Até hoje estamos à espera da resposta da parte da Câmara. Sinceramente, às vezes eu fico com vergonha de entrar nesta sala com a mesma situação, batendo no mesmo teclado. Se calhar é preciso fazer outras coisas que eu não sei, ou é preciso recorrer a outras instâncias para ver o nosso problema resolvido? Não sei se o Senhor Presidente se lembra da data em que isso começou, começou desde o dia nove de julho de dois mil e vinte e três, daqui a dois de meses vai fazer um ano, de uma coisa que, para mim a Câmara não mostrou vontade de resolver, porque se a Câmara tivesse mostrado vontade de resolver isso, já estava tudo resolvido. A Câmara enviou a carta, tal como nós enviámos a carta para o Centro Comercial, eu tenho a plena certeza de que a Câmara não recebeu resposta nenhuma da parte do centro comercial. Portanto, o que eu estou vendo aqui, peço imensa desculpa por dizer isso, é que me parece que alguns são filhos e outros são enteados, mas eu acho que esta casa pertence a todos os albufeirenses, todos nós temos o mesmo direito e, portanto, quando a coisa chega a este patamar, temos de o recorrer e recorreremos à Câmara Municipal, que eu acho que é um porto seguro que nós temos, até hoje a situação continua na mesma. Se calhar vai ser a minha última vez que eu vim cá nesta sala, eu e os outros condóminos vamos ter de tomar outras proveniências, daí se calhar a coisa se resolve, porque pelos vistos, temos que ir para Lisboa manifestar, mostrar o nosso grau de insatisfação, daí a coisa se calhar resolve-se, mas eu não quero ir por esse caminho. Senhor Presidente, por favor, eu peço ao senhor, eu imploro que pegue nessa situação, pegue nesse documento se faz favor e tenta resolver esse problema, porque isto já está a chegar a um patamar que eu já estou farto, cheio, peço imensa desculpa se ofendi a sua sensibilidade.” -----

Miguel Coelho: “Boa noite a todos, o que eu venho aqui falar é sobre a taxa municipal turística. Eu sou uma pequena gota no oceano, mas venho aqui, porque me sinto incomodado. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, que muito elogio,





fez um comunicado bem esclarecedor no passado dia quinze de maio, peço desculpa, mas não é para si que vou falar. Vou falar para as forças políticas que têm acento nesta Assembleia e que aprovaram no dia oito de abril o Regulamento da Taxa Municipal. Três perguntas a fazer, mas antes de fazer as perguntas gostava de fazer aqui uma singela introdução. Isto esteve em discussão pública, fizeram reuniões de trabalho, inclusivamente há uns dias tivemos sessões de esclarecimento, mas penso que é preciso conjugar tudo para percebermos o que é que estamos realmente a falar. A Câmara de Albufeira conseguiu, apesar de isto ser uma prática já em Câmaras desde norte a sul, há uns dias atrás falava com uma especialista nesta matéria que dizia-me que a Câmara de Albufeira produzia um unicórnio, uma coisa diferente, somos diferentes de todos, e porque é que somos diferentes de todos? Primeiro ponto, estes senhores conseguiram aprovar um regulamento em que existe, a chamada responsabilidade solidária. O que é isso da responsabilidade solidária? É que se o hóspede não pagar a taxa municipal, que são dois euros por noite, é uma coisa tão singela. Sim, mas eu tenho uma casa com dez pessoas, dá vinte euros por dia, dá cento e quarenta euros por semana, porque eu só alugo por sete dias, e o que os senhores aprovaram é tão simples como isto, se não se conseguir pelos meios disponibilizados, cobrar a taxa, quem tem de pagar a taxa sou eu, é isso que os senhores aprovaram, e nem sequer copiar souberam. Artigo nove ponto cinco, temos aqui a Câmara de Faro, repito ponto cinco do artigo nove, estão juristas nesta sala, custa-me muito, pelo amor de Deus, o regulamento são sete páginas, não são setenta mil páginas, são sete páginas, basta só ver a prática dos outros municípios, Faro, Lagoa, Portimão, Lisboa, Porto. Eu fui à última hora das sessões de esclarecimento, das dezoito às vinte horas do dia catorze, fiz uma pergunta ao senhor que estava a explicar esta história da taxa, se nós responsáveis pelos alojamentos, teríamos de pagar a taxa. Ele diz que não, é curioso, mas eu senti logo um sussurro na bancada que estava ao lado, uma pessoa bastante influente, não vou dizer o nome que me disse que *"na próxima sessão de Câmara vamos alterar isto"*. Meus senhores, amanhã entra em vigor a cobrança, amanhã, dia vinte e um entra a cobrança, portanto, a minha primeira pergunta é, se vocês pensam alterar o regulamento por forma a que as entidades responsáveis pela taxa turística não sejam solidariamente responsáveis pelo pagamento da mesma. A segunda pergunta é muito simples, todas as Câmaras pagam os dois e meio por cento pelo nosso serviço, vocês aqui não pagam nada. O que quero dizer com isto é muito simples, é que vocês inventaram call center que não existe em lado nenhum, inventaram esta história



dos POS e isto custa uma fortuna, mas somos eles, com o nosso trabalho, tiram os dois e meio por cento para pagar os vossos custos do call center e dos POS. Portanto, esta é a segunda pergunta, se vocês de facto, implementaram escravagismo? E o terceiro ponto para terminar é o seguinte, essa história do link, para nós enviarmos para os clientes, os POS que vocês vão implementar e fazer disto para leitura com pagamentos via contactless, isso respeita o regulamento de proteção de dados? É uma pergunta bastante importante que faço a vocês todos, é que isto vai vender seguros, vão enviar voucher, desculpem eu bem sei o que é que é necessário para trazer clientes para cá e agora os meus emails, que eu cumpro o regulamento da proteção de dados vai ser usado por esta câmara para vender seguros, mandar voucher, massacrar os clientes. Esta é uma pergunta, atenção, regulamento de proteção de dados, porque se não for cumprido sabe o que é que isto significa senhor Presidente? É muito simples, uma queixa dos clientes nas plataformas de reservas, bloqueiam-nos os nossos anúncios por fraude." --

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, estes últimos dez dias foram um dos piores dez dias dos últimos anos para a cidade, porque temos três notícias muito negativas para a cidade e um evento trágico. A notícia negativa foi que foram retirados onze galardões de ouro a algumas praias de Albufeira, e a situação vai piorar ainda mais se não se tomar providências, agora com a dessalinizadora e então queria saber se já há algum processo, algum licenciamento camarário já pedido para os terrenos onde é prevista a dessalinizadora. Esperemos que não haja nenhum problema de contaminação nas praias, que é o tesouro que temos aqui em Albufeira. Depois, outra notícia que também sabemos é inflacionada e não é correta, quando se diz que Albufeira tem a taxa de criminalidade mais alta de Portugal, porque obviamente consideram só os residentes e não consideram os milhares e milhares de turistas. Mas é verdade também que temos poucas forças de segurança, porque também o reforço que vem às vezes do Estado Central não é suficiente. E a terceira notícia negativa é que soubemos que há cento e quatro pessoas a morar na rua em Albufeira. Portanto, a minha pergunta é, saber se a Câmara Municipal de Albufeira, obviamente soube desta notícia, e se vai tomar alguma providência nesta questão humanitária, e também por uma questão de segurança, porque, obviamente cento e quatro pessoas desesperadas em Albufeira, pode ser também uma questão de segurança para a cidade. Depois, sobre a questão trágica do acidente que foi aqui falado, obviamente, que são coisas que podem acontecer e há muitas ruas na baixa onde realmente, não havendo um regulamento camarário aplicado, digamos assim, muitas vezes



os bombeiros e também a saúde, se houver alguma tragédia como aconteceu, tem às vezes dificuldade em passar, porque estão entre toldos, mesas, cadeiras e tudo isso de bares e restaurantes, tudo isso muitas vezes também não possibilita, não facilitam a passagem desses meios. Por último, no Cerro Malpique se já estão a acabar as obras, porque as pessoas andam desesperados, desde em novembro que andam a fazer obras e parece que nunca mais acaba e tenho recebido muitas queixas sobre isso." -----

Marcos Bila: "Muito boa noite, foi acabado de ser mencionado a questão do problema da segurança, eu vou ser, de certa maneira, um bocado sintético, tenho duas pequenas perguntas. Ultimamente, tem-se falado a situação da segurança e a marginalidade no nosso concelho e gostaria de saber em que ponto é que está a questão da videovigilância. A situação da videovigilância que nos locais mais problemáticos talvez seja uma das razões para salvaguardar toda a segurança. Eu há aproximadamente três anos, informei o Senhor Presidente que, como eu vivo lá em baixo, as minhas casas estão disponíveis para a montagem da videovigilância para meterem lá as câmaras. Até à data, não sei o que é que se passa. Em relação à questão do ruído, isso é outro processo, nem sequer vou falar sobre o ruído, mas não queria deixar de falar da incomodidade do Presidente da Associação de Animação de Albufeira em relação a um evento que houve na Marina, em que contatou com elementos para dizer que estava a ser incomodado pelo barulho do evento. É lamentável, muito obrigado." -----

Ricardo Serra: "Boa noite, eu venho falar sobre TVDE, estive a tentar fazer a minha intervenção na última assembleia, não foi possível, passou-se uns quantos dias, supostamente houve uma reunião, aparentemente, eu sou motorista e não sei o que é que se passou nessa reunião, houve um elemento que teve aqui a falar e que representa uma das associações do setor, é verdade, mas eu pessoalmente, eu não tenho conhecimento, acredito que haja muitas outras pessoas que não tenham conhecimento. Percebi apenas nas entrelinhas que, se calhar, haverá aqui coisas que ainda não estão, enfim, acordadas entre ambos, o que se calhar ainda é mais complicado. Eu já sou motorista há seis anos, há quatro anos que moro aqui na região e trabalho diariamente aqui no município e em vários outros municípios. Fui-me apercebendo ao longo dos anos que realmente os acessos à baixa cada vez foram sendo mais complicados e passou-se uns quantos anos e agora afinal há soluções, portanto, foi-se criando barreiras e problemas e agora as soluções a barrar, enfim, para não irem lá aos carros. Naquele intermédio, não me lembro, portanto, quanto ao pau da Miranda, nunca se consegue parar, está lá sempre





que possível algum agente a não permitir ninguém passar. Viramos à direita, andamos um bocadinho, tem ali alguns alojamentos do lado esquerdo e do lado direito, tem lá sinais que não é proibido estacionar, perfeito também não é permitido parar, portanto, se são locais onde há ali vários alojamentos deveria de ser permitido tanto do lado esquerdo, como do lado direito, haver paragens rápidas, cinco a dez minutos para deixar clientes, para apanhar pessoas, enfim, aquele típico tomada e largada de passageiros. Desce-se a rua, e tem realmente ali um primeiro parque, virámos à esquerda um bocadinho, tem ali, vários restaurantes e começaram ali a meter pedras, nos últimos anos, portanto não se permite ali paragens, mas estão lá lugares, portanto, a gente se quiser enfiar ali o carro, estraga o carro. Como as pedrinhas estão lá, a certa altura, qualquer carro tenta não se encostar, a certa altura se se pára ali uns segundinhos, já estão ali a bloquear a passagem, os problemas vão acontecendo por tudo aquilo que foi criado ao longo do tempo. Mais abaixo, temos realmente uma praça de táxis, leva ali cerca de dez viaturas, quando realmente não há tanto movimento os senhores taxistas, como é normal, estão ali na fila. Portanto, se eles quando vêm cá de cima, chegam lá baixo, se não sabem se estão muitos se estão poucos, é normal, todos eles vão descer quando chegam lá baixo já não vão dar a volta outra vez. Há aqui várias situações que realmente, se nós começarmos a pensar no que são os problemas e quais as soluções, nós conseguimos criar soluções. Agora, se só queremos apenas impedir e complicar a vida às pessoas aí é difícil, poderia realmente haver formas de articular com as várias cooperativas táxis, por exemplo, haver alguma forma de dar uma informação, seja através de uma câmara de filmar, que pode dar acesso por um link, seja uma numeração que, às vezes há sistemas que permitem isso e os senhores próprios taxistas perceberem, na baixa quantas viaturas é que lá estão na fila de espera ou se, por exemplo, se a fila que às vezes também acontece, nós passarmos lá e a fila de pessoas já é bastante grande, há lá pessoas à espera, não há táxis também é um problema. Depois mais à frente, nós queremos parar e também não temos qualquer hipótese, sempre que possível está lá um GNR para nos vir chatear. Como é que nós trabalhamos? Andamos sempre a fugir, entre aspas. Chegamos ali à Sá Carneiro, também é uma zona de movimento, antes conseguia-se encostar um bocadinho ao pé do semáforo, agora já não se consegue, andam sempre ali a meter baías, antes metiam a baía apenas à frente, o que é que acontece? Alguns carros começam a parar no meio da estrada, é uma solução melhor, não é? Se realmente pensássemos nas soluções e pensar assim, ok se calhar, em vez de estarmos a barrar aqui na estrada



principal, e criar aqui um congestionamento e vou dizer, não estou apenas a falar de motoristas, quando nós costumamos ter uma altura que tem muita gente que vem do exterior, vai haver ali muita gente que não é de Albufeira ou é de Albufeira e vai parar um bocadinho no meio da estrada para deixar os seus amigos. Portanto, devíamos pensar em soluções em vez estar apenas a barrar, se calhar, o que seria correto era fazer aqui alguma forma de audição pública a todas as pessoas que tenham interesse, sejam realmente os comerciantes, sejam as pessoas que trabalham nesta área e poderem apresentar soluções. Não é uma reunião com três, quatro, cinco pessoas, tudo bem que representa e muito bem, uma das associações do setor, não representa todas, nem representa todos os motoristas. Volto a dizer, que o representante representa uma parte não representa todos, portanto, estas reuniões vão ser, enfim, uma forma de acesso a toda a gente e realmente pensar em soluções e não em problemas." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, portanto tenho algumas questões relacionadas com a 5 de outubro, e aquilo que aconteceu e poderá vir a acontecer e alguma, digamos, desorganização que existe naquela rua e em algumas ruas de Albufeira, é proporcionada precisamente por aquilo que disse, os pinos são colocados, pouco tempo depois estão partidos têm que ser imediatamente repostos e aqui pedia ao senhor engenheiro Batalha, que está aqui presente, e é o diretor do departamento desta área, para tomar conta desta questão dos pilaretes, são da regulação do trânsito naquela zona, independentemente de ser cargas e descargas que, evidentemente é imprescindível que isso aconteça, só que tem que ser mais regulado, com certeza, tem que ser mais tranquilo, porque se houver com aquela velocidade toda, aquele stress todo, isso permite, não sei em que condições foi o acidente, mas provavelmente foi uma questão de precipitação. Evidentemente que Albufeira e já falámos aqui da questão dos TVDE, o espaço não estica, as ruas são o que são, é aquela largura que têm, infelizmente, como sabem, Albufeira não tem um espaço praticamente em algumas zonas da parte mais antiga, nomeadamente a rua do MFA, o passeio nem meio metro tem, portanto, não cabe um carinho de bebe sequer, a dificuldade que há em manter uma situação o mais segura possível, e o objetivo é sempre manter a situação segura, não há grandes possibilidades nem há grandes imaginações nem grandes engenharias. O espaço, como disse é aquele e não alarga nem para um lado nem para outro, evidentemente, tem de ser feitas obras de requalificação, nomeadamente esta rua do MFA irá passar a ter provavelmente daqui a uns anos e o projeto prevê isso, apenas um sentido, nomeadamente o sentido ascendente, porque de



outra maneira, não há possibilidade, nem pedonal, nem carrinhos de bebés, nem cadeira de rodas, não há espaço para isso. Terá de haver algumas restrições ao estacionamento, evidentemente que sim, os pilaretes terão que ser novamente repostos e têm que ser mais robustos e com mais resistência ao choque. É raro haver colocação de pilaretes numa determinada zona, passados oito dias alguns estão ou arrancados ou partidos, é uma coisa impressionante, está aqui uma falta de civismo, para além de que possa haver algum esquecimento, ou algum olhar para o lado, como disse e bem há bocado, se calhar, o problema está no lado esquerdo, mas olha para o lado direito que é para não haver problema, o que é certo é que, há muita falta de civismo, para além daquilo que é o mau acompanhamento, há uma imensa falta de civismo e muitas vezes não é só daqueles que nos visitam, mas também daqueles que moram cá. Não podemos dizer que são apenas os outros, e culpar o Presidente, nós temos a nossa responsabilidade, temos a nossa culpa, vamos tentar melhorar e agradeço as suas sugestões, os seus alertas para que isto possa vir a melhorar um pouco. Relativamente à questão dos TVDE, o senhor Ricardo falou agora há pouco, não teve na reunião, é impossível haver uma reunião, nem essa reunião é rentável, nem é sustentável, haver uma reunião com todos os motoristas TVDE que possa haver em Albufeira. Por isso é que existem sempre, em todos os setores da sociedade, existe sempre representações, este caso havia aquela associação com quem reuni, mais tarde reuni com as forças de segurança, quando o senhor Filipe disse que os guardas estavam a evitar que os carros fossem à 25 de abril, porque quando se trata da baixa, é a 25 de abril, porque nessa reunião que fizemos, que o senhor também esteve, chegámos a alguns espaços para poder largar e tomar passageiros, não na 25 de abril, que é realmente o grande problema que temos aqui, a 25 de abril não tem espaço para parar, inclusivamente, a questão dos táxis, aquilo que tem, salvo erro, são dez lugares e os táxis, se calhar a esta hora já está a acontecer, estão aqui à espera que haja algum lugar livre para as pessoas poderem ir lá para baixo. Porque, como disse, Albufeira ainda por cima à noite com aquela quantidade de gente, torna-se difícil questão do trânsito e a questão da mobilidade, portanto, criámos alguns lugares de tomada e largada de passageiros próximo da 25 de abril, não na 25 de abril, claro que é o único sítio onde vai ficar interdito, não vejo que seja grandes problemas, não andamos de degrau em degrau, não é nada disso. O que é certo é que temos que ir resolvendo as coisas. Os Tuktuk já lá não vão, o comboio turístico já lá não vai, portanto, há uma série de condicionamentos para que possa evitar que haja uma grande concentração e uma grande aglomeração de



viaturas e tráfego na zona daquele troço da 25 de abril, que é a parte pior e que nada abona a favor da segurança e até da mobilidade. Não houvesse lá um parque de estacionamento fechado, construído na altura pela Sociedade Polis, pedia acontecer que se pensasse de uma outra forma a questão da mobilidade na avenida 25 de Abril, havendo lá o parque de estacionamento, obviamente que é obrigatório que se deixe para lá ir viaturas. Relativamente ao senhor Paulo Lopes, sobre o ruído, posso informar que já tenho aqui informação dos serviços da Câmara após todos os contactos com o próprio explorador daquele espaço e que o ruído das canalizações do edifício da Sonae, do Continente, vai à próxima reunião de Câmara, dia quatro de junho, dentro de duas hipóteses ou redução do horário ou qualquer coisa que valha no sentido de tentar resolver o problema. Só nessa altura é que vai a reunião de câmara, esta informação dos serviços veio numa altura que não é possível ir na reunião de amanhã, que foi agendada na quarta-feira passada, portanto, daí que vai dia quatro de junho. É aquilo que posso dizer neste momento, aliás isto é um pelouro do Senhor Vice-Presidente, que não está cá, mas tenho esta informação. O senhor Miguel Coelho, sobre a taxa turística, qualquer coisa que se comece de novo é sempre uma inexperiência, como é que funciona, como é que vai funcionar? Há problemas que surgem num município, há outros que surgem noutra, nada tem que ser igual e nada tem que ser obrigatoriamente e necessariamente copiado de outros sítios. Evidentemente que há coisas que se podem copiar, há coisas que não se devem copiar, há coisas que até se devem copiar, não é questão de copiarem ou não copiar é a questão de fazer. E o fazer não obriga a fazer todos da mesma forma, pode ser de formas diferentes, encontramos esta forma de fazer aqui, houve aqui uma mistura de procedimentos no sentido de vir a fazer essa cobrança e arrecadar essas receitas em prol da sociedade, utilizá-la depois na melhoria de vida do concelho. Obviamente que quando se fala em plataformas eletrónicas, em aplicações informáticas, há sempre a dúvida de como é que aquilo depois vai funcionar, veja-se o exemplo, da AIMA, que veio substituir o SEF, uma situação altamente complicadíssima na resolução dos problemas, não será só pela parte informática, mas também é. Portanto, há situações que não se sabe como é que vai começar, estamos numa expectativa como é que irá evoluir esta situação, a qualquer momento vai se fazer uma avaliação e a alteração do regulamento não pode ser assim de um momento para o outro. Está aqui um período de cobrança que vai de amanhã até ao dia trinta e um de outubro para depois na primeira semana de novembro fazer uma reunião, para fazer a avaliação deste processo para ver a



possibilidade e necessidade de alterar o regulamento, para que depois no próximo período de cobrança, e o próximo período cobrança da taxa Turística vai ser a partir de um de abril do ano que vem, nesse período de tempo, entre novembro e Março vai haver possibilidade de haver as alterações todas que quisermos, termos o regulamento para que possa estar tudo devidamente, regulamentado no início da cobrança em abril. Portanto, vamos ver o que é que dá em termos de experiência, não há melhor coisa que é fazer o regime experimental, que é no fundo o método científico, vai-se experimentando até chegar a um ponto em que atingimos o melhor possível, vamos aguardar e vamos esperar que isso aconteça. O Senhor Paolo Funassi falou em três aspetos, falou na questão do grau ouro, é uma situação que os serviços estão a avaliar como é que foi atribuído esse grau ouro, que é preciso não esquecer que temos todas as praias com bandeira azul, que é uma outra classificação, portanto, não tem grande sentido, aliás, à semelhança do que aconteceu com Albufeira, aconteceu com Loulé, aconteceu com uma série de praias a nível do Algarve retirar agora o grau ouro, os serviços estão a tentar analisar, porque há aqui uma dúvida qualquer sobre estas graduações, digamos assim, estes níveis. Mas é sempre uma notícia que não é boa, obviamente. O senhor Marcos Bila falou na questão da videovigilância, já estão feitas todas as estruturas para colocar as câmaras nos sítios devidamente identificados, que são à volta de setenta, que foram identificados e escolhidos na altura pela Guarda Nacional Republicana, que é obrigatório. Portanto, já estão a terminar a estrutura, os cabos, os postos ou paredes onde ficam as câmaras, as câmaras já estão a ser programadas para que possam vir a ser utilizadas e depois haverá a colocação das câmaras que não vai ser muito complicado, se calhar, dentro de quinze dias, provavelmente estão a instalar câmaras. Portanto, esperamos ter no mais tardar a funcionar em pleno, diria em um mês." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Raul Ferreira: "Boa noite, quero iniciar a minha intervenção para agradecer à Câmara Municipal, as comemorações do 25 de abril que efetivamente acho que é um ponto a registar pela positiva, houve envolvimento da população e penso que correram da melhor forma possível, com empenho também de muitos funcionários do município, há aqui





realmente a realçar o aspeto positivo. A outra questão também positiva que quero realçar que tem a ver com o facto de o concerto que foi apoiado pela Câmara Municipal no auditório dos Salgados, com a Orquestra do Sul, efetivamente fiquei satisfeito por ver uma sala repleta, penso que estava praticamente esgotado, satisfaz-me muito ver que também apostamos noutra tipo de cultura, não só a cultura popular, mas aquilo que chamam também cultura mais elitista ou eclética como queiram chamar, é um aspeto a realçar. O aspeto negativo do espetáculo tem aqui uma vertente que eu não posso deixar de sublinhar, faz-se muitas festas em Albufeira e espetáculos de música rock e outro tipo de música mais popular, gastam-se algumas dezenas de milhares de euros nesses eventos e qualquer pessoa pode assistir sem pagar um único euro. Neste tipo de espetáculo cobraram quinze euros por pessoa. Para muitos de nós não tem peso económico, mas para uma grande maioria da população, por exemplo, um casal que tenha dois filhos, tinham de gastar sessenta euros para assistir a um espetáculo. Eu penso, numa altura em que se fala tanto de paridade, de não discriminação, penso que há aqui uma discriminação relativamente ao tipo de espetáculo, que não pode existir porque todos nós temos direito a assistir aquilo que gostamos e somos todos munícipes de Albufeira, temos todos os mesmos direitos, penso que a Câmara Municipal tem de rever esta questão. Já em outro espetáculo anterior e com a Kristina Miller, uma pianista de renome de mundial, também tivemos de pagar a entrada para assistir a um espetáculo muito bom, que foi realmente de aplaudir aquele espetáculo. Eu penso que temos de rever isso. Se não houver possibilidade económica por parte do município, de promover estes espetáculos gratuitamente, se calhar, temos de pensar num cartão social para pessoas que não têm possibilidade de pagar esta quantia para ver um espetáculo que gosta e que realmente foi soberbo. Relativamente a outra questão que foi aqui levantada pelo senhor Miguel Coelho, relativamente ao alojamento local, eu aqui, enquanto jurista e enquanto deputado, tenho que me penitenciar por ter aprovado, votado a favor desse regulamento, não no seu todo, nem pelo intuito que pretende ter, mas pelo facto de o tal artigo nono número cinco, conter uma norma que eu, no meu entendimento técnico e estão aqui mais juristas, parece-me não ser legal, que é o facto de haver responsabilidade solidária no pagamento. Dando aqui um exemplo simples, para quem não tem formação jurídica, perceber, imaginem que eu tenho um carro, vou a conduzir, estou cansado e digo ao meu amigo do lado, "olha por favor conduz tu o carro e vamos à nossa vida". Entretanto, ele comete uma contraordenação, excesso de velocidade e é multado. Agora imaginem, ele



não paga a multa e depois vêm me cobrar a mim, "você ia no carro, é dono do carro, paga você a multa, você é responsável", e aqui o que se passa efetivamente com este artigo nono, número cinco é isso, se o cliente não pagar a taxa turística será o dono do alojamento, seja ele qual for, que tem que assumir essa dívida que ao fim ao cabo não é dele. Do ponto de vista de direito, parece-me que não é legal. Como o Senhor Presidente disse, todas as leis, todos os regulamentos são suscetíveis de serem melhorados e eu penso que devemos rever esse aspeto. Quanto às outras questões que levantou, penso que são questões de opções políticas, não merece qualquer reparo. Outra situação que eu gostava aqui também de saber, houve aqui uma proposta relativamente aos TVDE que foi aprovada nesta Assembleia, penso que tem havido negociações ou conversas com as pessoas que exercem essa atividade, gostava de saber qual é o ponto da situação, se houve alguma alteração àquilo que foi aqui aprovado, portanto, gostava de saber, em como é que estamos neste momento. Relativamente à questão da qualidade das águas das nossas praias, penso também que o executivo deve fazer uma análise cuidada e ver o que se passou, se há algum problema quanto à qualidade das águas, se é apenas uma questão de análise por parte da Quercus que atribui este galardão de ouro, se efetivamente existe um problema de água, penso que tem de ser corrigido, porque as praias ao fim ao cabo são o nosso cartão de visita e tem uma importância extrema, não só para aqueles que nos visitam, como para nós que residimos cá." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a minha primeira questão é dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia, na sequência do nosso e-mail a solicitar os documentos de prestação de contas da APAL relativas aos anos de dois mil e vinte e um e vinte e dois, de modo a comparar com os documentos disponibilizados do ano dois mil e vinte e três e informamos que ainda não recebemos qualquer resposta. As demais questões são dirigidas ao senhor Presidente da Câmara e são as seguintes: primeira, com início da época balnear verificamos que os problemas antigos persistem, nomeadamente o lixo acumulado em certas zonas da cidade, em concreto na Rua dos Arcos. Outra situação tem a ver com o misterioso desaparecimento dos ecopontos situados no Vale Paraíso, pois os residentes naquela zona não têm sítio onde deitar o lixo. Senhor Presidente, sabe dizer-nos para onde foram deslocados os ecopontos? Relativamente à segunda questão, apesar de já ter sido falada hoje, queremos reforçar este assunto, no passado dia dezasseis de maio ocorreu um atropelamento na rua do túnel, facto que lamentamos imenso. Perguntamos Senhor Presidente, como foi possível tal situação ter acontecido



numa rua que é interdita a circulação de veículos? Tivemos conhecimento que a ambulância teve muita dificuldade de chegar à vítima e constatamos que o espaço de ocupação pública não cumpre as regras de segurança para os peões, por isso, gostaríamos de saber se o executivo ordena regularmente ações fiscalização aos estabelecimentos comerciais. Por último e não menos importante, o tema do ruído, continua a ser o calcanhar de Aquiles deste executivo, pois as queixas dos munícipes são constantes e colocam em causa a sua saúde e o seu bem-estar. Verificamos que continua a ser um problema por resolver, demonstrando incapacidade de uma resolução eficaz. Recomendamos que sejam tomadas medidas urgentes o mais breve possível para o bem de todos." -----

André Lima: "Muito boa noite a todos. Na última informação do Presidente há duas Assembleias Municipais atrás, veio a indicação da renovação com dois social media manager que tinham sido contratados em agosto do ano passado. Na altura coloquei duas questões que vou voltar a colocar, porque ainda não foram respondidas. Primeira, se há intenção de abrir lugares no quadro, para que estes não se tornem postos de trabalho precários e quantas redes sociais são geridas por estes técnicos?" -----

Carla Vieira: "Boa noite, um dos assuntos de media do dia prende-se com a entrada em vigor no dia de amanhã, vinte e um de maio da cobrança da taxa turística do município de Albufeira, que tem gerado muitas dúvidas e controvérsia. Tendo presente que o regulamento da taxa Turística foi aprovado nesta Assembleia no passado dia oito de abril e publicado em Diário da República a trinta de abril com a entrada em vigor a dois de maio, parece-nos sinceramente que não estão reunidas todas as condições para a sua cobrança em pleno, não obstante as sessões de esclarecimento realizadas a dez e catorze de maio, proposta, aliás, diga-se da bancada, da Albufeira Prometida na Assembleia de vinte e dois de abril. Vejamos, o regulamento no seu artigo quinto, estabelece perentoriamente que a liquidação e cobrança da taxa turística compete às pessoas singulares ou coletivas o processamento da taxa turística devida aquando do check-in, não se encontra estabelecido a forma de cobrança da taxa por parte da pessoa singular ou coletiva. Não está escrito em lado nenhum que, no caso de impossibilidade de cobrança da taxa que a Câmara poderá substituir-se à pessoa singular ou coletiva. Para além disso, questionamos se não haverá conflito também de proteção de dados dos clientes na comunicação dessa impossibilidade à Câmara. Por outro lado, ouvimos nas sessões de esclarecimento que a Câmara prevê criar um balcão específico para tratar



deste assunto que irá funcionar apenas em dias úteis das nove às vinte e duas horas, ou seja, a maior parte dos check-in são feitos ao fim de semana e muitas vezes fora deste horário. Perguntamos, caso haja algum problema, como poderá a pessoa singular ou coletiva, ultrapassá-lo? Com tantas incertezas e dúvidas quanto à cobrança da taxa turística, acresce que o link à plataforma não está acessível, questionamos, Senhor Presidente, estão reunidas as condições para iniciar a cobrança no dia de amanhã, vinte e um de maio?" -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, a bancada do PSD/CDS aprovou recentemente nesta Assembleia a taxa turística, mas não aprovou a forma de cobrança, portanto, eu queria deixar isso aqui claro, para que não haja dúvidas e muito menos, aprovou vouchers e venda de seguros, queria que ficasse registado essa nossa observação. O outro assunto leva-me àquilo que tem sido as nossas intervenções no que diz respeito à necessidade premente da implementação de um código de conduta no nosso município, Com aquilo que é a aproximação de uma nova época alta, com aquilo que é a grande afluência de turistas e também com aquilo que é o maio, sendo um mês já em que se vê muitas despedidas de solteiro, começa-se novamente a ter alguns problemas que passam por aquilo que são alguns excessos e se já há destinos turísticos bastantes conhecidos na Europa que, de certa forma, tentam restringir de forma veemente esse tipo de turismo, a bancada do PSD/CDS entende que algo deveria ser feito de forma a tentar disciplinar e regular alguns possíveis excessos que acontecem na nossa cidade durante o dia já, antes só durante a noite, em duas artérias principais, nomeadamente a Avenida Sá Carneiro e a Cândido dos Reis no centro de Albufeira. Deixamos aqui essa nota, apelávamos àquilo que são os bons serviços, que certamente estarão a elaborar esse código de conduta para que ele passasse a ser uma realidade e viesse a esta Assembleia para ser aprovado e ser implementado. Outra questão, o que me traz aqui diz respeito àquilo que são as cargas e descargas no centro de Albufeira. As cargas e descargas no centro de Albufeira estão devidamente regulamentadas e estão devidamente sinalizadas, há horários, a sinalização horizontal e à sinalização vertical. Aquilo que me apraz dizer, depois de me terem pedido alguns munícipes para me deslocar o centro para constatar in loco, o que está a acontecer é que não há uma fiscalização efetiva daquilo que são as medidas lá devidamente implementadas. Não há fiscalização da sinalização vertical, fiscalização horizontal, não há presença de nenhum elemento policial seja trânsito, seja municipal, se é que a municipal tem competência para isso, o Senhor Presidente poderá esclarecer nesse



sentido, o que é certo é que lembro-me de há algum tempo, ser uma empresa de segurança que fazia, de certa forma, essa fiscalização mandatada pelo vereador, uma fiscalização pedagógica, que é o que uma empresa de vigilância pode fazer. Agora, o que é certo é que essa fiscalização tem de ser feita, porque senão não adianta lá termos as regras implementadas se não houver efetivamente essa fiscalização. Outro assunto parabenizar a organização das comemorações do 25 de Abril, na pessoa do senhor Presidente da Câmara e da sua equipa e da comissão que foi formada, em que alguns membros aqui estão presentes, por aquilo que me parece ter sido um sucesso estrondoso dessas comemorações, feitas com muito profissionalismo, com muita dedicação e com muito sentido de Estado até, e cuidado para com as pessoas e, portanto, realçar aqui o que para mim foi um evento marcante deste corrente ano. Para terminar, senhor Presidente da Câmara, pedir-lhe um esclarecimento no que diz respeito àquilo que aqui foi evocado ainda a respeito da taxa turística, que diz respeito um artigo é teoricamente mencionado a questão da responsabilidade solidária, se o Presidente fazer o favor de chegar a bancada do PSD/CDS, uma nota de esclarecimento por parte dos serviços jurídicos, nós agradecemos. ” -----

Sílvia Dias: “Boa noite, no dia vinte e três do seis de dois mil e vinte e três, questionei o Senhor Presidente, o que é que esta câmara estava a pensar fazer para que os visitantes não estacionassem nas arribas das falésias, por exemplo, a Praia da Galé, e eu própria verifiquei no verão passado que, não se verificou grande diferença, viu-se carros e caravanas e carros e caravanas, não só nesta praia, entre outras praias com falésias. No dia oito do quatro de dois mil e vinte e quatro, perguntei se existia algum regulamento para as concessões de praia, porque existe concessões de praia que agem de diferentes formas, como, por exemplo, algumas nem permitem que visitantes ou residentes coloquem toalhas à frente. Outra questão que gostaria de saber é, se existe as mesmas dimensões, de dois mil e vinte e três para vinte e quatro das concessões de praia? Se há diferença ou se não há diferença, porque o ano passado verificou-se, não andei com uma fita métrica mas que as concessões tinham uma dimensão diferente. E quero relembrar aqui a todos e principalmente ao Senhor Presidente que uma das missões desta autarquia é o ambiente e temos de pensar no futuro dos nossos jovens e o que deixamos cá no nosso concelho.” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, começo por me desculpar pela minha ausência nas últimas três Assembleias, ainda que devidamente justificado, acho que devo isso aos





munícipes e aos meus pares, por motivos profissionais e pessoais, não tem sido possível vir, nessa senda, eu não aprovei o regulamento da taxa turística, no entanto, há sempre uma nota que eu gostaria de fazer no que concerne aos regulamentos. Os regulamentos quando cá chegam, já cá chegam como documentos fechados, em que muitas das vezes nós somos pressionados para os aprovar naquele momento, sob pena e risco de se não os aprovarmos têm de se retroagir, tem que ser refeito, tem que ir a discussão pública e vai-se perder muito tempo. Eu desde o início deste nosso mandato e já no anterior era prática comum, sempre que há uma previsibilidade de alteração ou criação de um regulamento informa-se a Assembleia Municipal, a Assembleia cria um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho a par com o executivo cria uma solução que depois quando cá venha, já esteja trabalhada, digerida, assimilada e de alguma forma para servir os interesses quer da edilidade, mas também dos munícipes. Logo, eu deixo novamente o convite, não sei se o ónus terá que partir do Presidente, não sei se o ónus terá que partir de nós, não sei se o ónus terá que partir do executivo, a certeza, porém, que eu tive acesso ao regulamento da taxa turística, antes de sequer eu, enquanto deputada da Assembleia Municipal, ter tido a noção que ele estava já em discussão pública. Cai mal, seria importante, se calhar, teria se evitado o que agora está a acontecer. Pelo menos dois colegas de profissão e dois colegas deputados sentem-se, neste momento, melindrados por terem provado algo em conjunto que, neste momento, cria entraves e complicações jurídicas, pelo que peço que tenham em consideração para futuros regulamentos.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos, falar no fim corremos o risco de repetição, mas não me importo de repetir algumas coisas. Em primeiro lugar para dar os parabéns à Câmara, Assembleia e todos os participantes no evento dos cinquenta anos do 25 de Abril e especialmente, chamo a atenção para aquilo que foi feito nas escolas, neste âmbito, eu próprio participei em algumas atividades e penso que foram objetivos bem conseguidos e diríamos que à altura do evento e da efeméride. Outra questão também já levantada, a questão dos TVDE, pela intervenção de um membro do público, parece que houve uma reunião entre o executivo e estes profissionais, gostaria que o Senhor Presidente pudesse-nos informar o que é que foi decidido, ou quase decidido nessa reunião. Outra questão já aqui levantada, a taxa turística, para esclarecer dois pontos, primeiro que é uma proposta do executivo, que foi a discussão pública, a Assembleia ou pelo menos a bancada do PS não tem assessoria jurídica, parte do princípio de que os documentos



quando chegam aqui, depois de todo este trâmite, que vem expurgados de qualquer ilegalidade ou de qualquer norma não condizer com a lei. Agora questões que ainda não foram aqui levantadas, em primeiro lugar, tem a ver com a questão das águas e a qualidade das águas das praias, sabe-se que Albufeira perdeu alguns galardões face a dois mil e vinte e três, o Senhor Presidente diz que está a averiguar a situação, mas eu lembraria que, por várias vezes, nos últimos anos, na praia do Inatel, do Alemães, no Peneco tem havido problemas de qualidade da água, tem sido interditado a banhos em algumas situações e presumo eu que, a origem é um deficiente funcionamento da ETAR, especialmente quando há àquela chuvadas, diríamos um pouco fora de tempo ou chuvas fortes. Portanto, a questão é, depois daquelas obras tão prolongadas junto ao Inatel, como é que ainda este problema não foi resolvido? O que é que não foi feito ou que não foi bem feito? Ou aquilo que ainda é possível fazer? Porque, de facto, a qualidade das águas está ao nível da opinião pública e o sol e praia, é o grande trunfo do concelho. Outra questão tem a ver com o plano de requalificação urbano de Paderne, há cerca de três anos ou mais, foi apresentado com alguma pompa e circunstância e três anos depois parece não há nada no terreno. Eu e outras pessoas na altura até participarmos, demos sugestões, na altura foi dito que haveria de ver um retorno de aceitação ou não dessas sugestões ou, pelo menos, que a possibilidade de serem estudadas, o que é certo é que, até ao momento não há qualquer obra visível no terreno e a minha pergunta é, em que ponto de situação está este plano de requalificação de Paderne? E, já agora, um elemento fundamental é a variante a sul e no contexto da dificuldade de encontrar terrenos para construção, lembraria que talvez fosse uma boa possibilidade, ao abrir essa variante, dar a possibilidade de alguns daqueles terrenos passarem, no âmbito do PDM para terrenos de construção." -----

A bancada do PS apresentou um pedido de documentação ao Senhor Presidente da Câmara. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do senhor deputado Raul Ferreira, a orquestra não era Orquestra do Sul, era Orquestra do Algarve. Relativamente à questão sobre o pagamento dos espetáculos, e outros gratuitos, uma das questões principais que leva à não gratuitidade de alguns espetáculos de rua, nomeadamente é precisamente pela dificuldade em fazer o controlo de entradas das pessoas, portanto, obviamente que num espaço de rua é quase impossível acontecer, caso não seja o espaço devidamente vedado, o que não acontece no espaço interior que é completamente diferente, as pessoas têm



de entrar pela porta, só têm aqueles sítios para passar, num espetáculo de rua não é bem assim. A questão do cartão social, uma coisa que tem estado a ser pensado, tem estado em discussão, vamos ver o que é que poderá vir a acontecer. Relativamente à senhora deputada Mónica Félix, falou na questão do lixo acumulado na Rua dos Arcos, salvo erro, realmente é um ponto crítico da colocação de resíduos, mas nós vamos iniciar nas zonas mais condensadas da cidade, nomeadamente esta zona da parte antiga, zona da baixa e zonas dos Olhos de Água também, a recolha porta a porta, o que vem beneficiar com certeza e esperemos em muito esta recolha naqueles locais mais críticos. A densidade de estabelecimentos comerciais, nomeadamente restaurantes e bares e lojas naquela zona, é uma densidade enorme e daí a produção de resíduos é também enormíssima. Porque a Sociedade Polis não previu a colocação de equipamentos de recolha, temos nós agora de ir remendando à medida que vamos evoluindo e vamos descobrindo mais um espaço. Mas é como disse há pouco, o espaço não estica, o espaço é que ele está na cidade. Agora vamos experimentar esta questão do porta a porta, e ver se conseguimos arranjar forma de dar a volta e melhorar um pouco aquilo que se passa. Depois, a questão dos ecopontos de Vale Paraíso, tenho de mandar ver porque não sei o que se passou. Os ecopontos são da responsabilidade da Algar, muitas vezes eles mudam de sítios e às vezes nem há uma informação ao município. Depois, o deputado André Lima falou na questão da contratação das redes sociais, não está previsto haver contratação de gente para o quadro, no entanto, é uma questão que tem que se trabalhar nesse sentido. Relativamente à questão da taxa, de uma forma geral, já disse há bocado, não vou adiantar muito mais, não quero fazer previsões nem antecipações de cenários. O que é certo é que, com certeza que irá haver alguns obstáculos, algumas dificuldades, algumas questões que, eventualmente possam ser menos formais, o que é certo é que, como disse, qualquer coisa que tenha de começar, começa-se e vamos experimentando e vendo o que é que vai dar. Evidentemente que não podemos viver eternamente na experimentação, o que é certo é que, é o modelo científico que dá bom resultado, é com as pessoas, vendo as dificuldades que elas próprias têm, e ver o que é que se consegue fazer para que se possibilite ou não, a alteração do regulamento. Relativamente ao deputado Carlos Quintino, que falou na questão do código de conduta, está em princípio de trabalho nesta área, vamos tentar o mais depressa possível, é um trabalho que vai demorar algum tempo e merece alguma reflexão e participação dos próprios atores, até para uma consciencialização daquilo que é importante. As pessoas terem



consciencialização, não pode ser tudo entrega e tudo responsabilizado relativamente às pessoas que estão no município, seja os eleitos, seja os órgãos, como esta Assembleia e Câmara Municipal, sejam os próprios funcionários da autarquia, não podem ser apenas esses os responsáveis, todos somos responsáveis, inclusivamente os empresários, os clientes, os residentes, os não residentes. Evidentemente que se houvesse mais policiamento e mais fiscalização, como é dito aqui, não digo fiscalização vertical e horizontal, essa não existe, existe é sinalização vertical e horizontal. Mas é verdade, para haver regras tem que necessariamente e obrigatoriamente haver pessoal a fazer a verificação do cumprimento ou não dessas regras. Tenho uma reunião pedida com a Senhora Ministra da Administração Interna, com o Senhor Secretário de Estado, no sentido de ver a questão do reforço de policial no verão. A deputada Silvia Dias falou na questão das concessões, vou mandar chegar o regulamento das concessões, depois a questão do estacionamento nas falésias, vou chamar a atenção para isso. A Helena Simões, peço perdão se alguma vez pressionámos, não é bem uma pressão que se faz quando qualquer coisa deverá ser aprovada, é porque o tempo já é curto. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, falou na questão das águas das praias, é preciso ver que o facto de haver às vezes, na época balnear, uma chuvada que faz com que o curso de água de Valemangude vá parar à praia do Inatel e traga logo consequências não muito agradáveis à colocação da bandeira verde passa a ser bandeira vermelha. Esta classificação que surgiu agora foi a questão do grau ouro da Quercus, não foi a questão da bandeira azul, bandeira azul também tem regras, se calhar mais apertadas que o próprio grau ouro, o que é certo é que em relação à bandeira azul, mantemos todas bandeiras azuis. Em relação a estas de grau ouro os nossos serviços estão a rever o porquê de se atribuir essas avaliações e tentar perceber, até com outros municípios aqui próximos, ver o que é que aconteceu de diferente daquilo que aconteceu nos outros anos, e em vários sítios, não foi só aqui em Albufeira, alguma coisa aconteceu de diferente relativamente aos outros anos. O plano de requalificação de Paderne, foi feito o plano, temos de começar a ver, provavelmente para o próximo ano, já temos de começar a pôr coisas no orçamento e no plano de atividades plurianual, ações relativamente a este plano, nomeadamente expropriações de terrenos, mas também temos de ter noção, que para abrir uma variante temos de ter financiamento e vamos ver o que é que o vinte trinta dá. Relativamente à revisão do PDM, estive hoje em conversa com a equipa técnica interna e equipa técnica externa, era para haver uma reunião hoje, mas teve de ser



alterada por questões de incompatibilidade de agendas, para dia três do seis às dezasseis horas, mas depois vão receber a informação, onde vai haver uma apresentação do trabalho que foi feito, foi pedir o trabalho, o trabalho que se está a fazer e em termos de cronograma daquilo que se pretende fazer para o futuro.” -----

Carlos Quintino: “Obrigado, Senhor Presidente pela correção da minha gafe, realmente é sinalização vertical e horizontal, embora esse não fosse o tema principal e a essência da minha intervenção. A minha intervenção tem a ver com aquilo que é a necessidade premente dessa fiscalização, e aí certamente que o Senhor Presidente e os seus serviços poderão fazer muito para que isso venha a acontecer. Outra questão que me traz aqui, diz que respeito aquilo que é a inoperância de alguém sobre duas infraestruturas de mobilidade importantes no município, a escada rolante e o elevador do Peneco. Portanto, eu queria também que o senhor Presidente prestasse um esclarecimento a esta Assembleia nesse âmbito, porque deparo-me frequentemente que a escada rolante está parada e, independentemente de lá existir um botão obrigatório pela legislação, de stop em caso de emergência também, se não haver efetivamente a fiscalização para que não haja brincadeiras e parem a escada rolante, ela vai continuar a parar. E como já houve outrora essa fiscalização, e como falo com bastante conhecimento de causa, queria lhe suscitar este esclarecimento. No que diz respeito ao elevador do Peneco, encaro que aquilo é uma infraestrutura absolutamente necessária para o bom acesso à praia do Peneco e portanto, pedia-lhe também esse esclarecimento sobre o facto de até há relativamente pouco tempo, confesso-lhe que nos últimos tempos não fui lá verificar, mas até relativamente pouco tempo, o elevador estava parado.” -----

Domingos Coelho: “Só para recordar o Senhor Presidente que não respondeu à conversa que houve entre o executivo e os proprietários dos TVDE, e já agora porque se falou muito da baixa, só dava aqui mais um elemento, que é a questão da higiene da baixa e particularmente o estado em que as ruas e a calçada se encontram, há zonas em que a calçada está perfeitamente negra, sabemos que não se pode lavar com água da rede, mas, há outras possibilidades, nem que seja através da água da Nora da zona do parque de Campismo e penso que é uma situação que não honra nada a cidade, o estado em que as ruas se encontram.” -----

Raul Ferreira: “Senhor Presidente, ouvi a sua resposta à minha questão relativamente ao pagamento ou não pagamento de certo tipo de espetáculo, isto para mim é importante, eu penso que nem só de pão vive o homem, gosto muito desse ditado, e as questões de





cultura para mim são importantes e devem ter uma solução correta e dentro do quadro democrático em que nós vivemos. A minha questão não era colocar a pagar os outros espetáculos de rua, a minha questão, e a minha opção e penso que devia ser também opção do município, era tornar gratuito todos os espetáculos, independentemente do tipo de espetáculo, que tudo é cultura e todos têm direito de igual acesso à cultura. Relembro, até a Constituição da República no artigo décimo terceiro prevê que tem de haver igualdade para todas as situações, para todas as pessoas, não pode haver discriminação. E eu penso que, neste momento, há uma discriminação e que tem de ser resolvido." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Quintino, as escadas rolantes e o elevador, houve aí questões relacionadas com a colocação dos vigilantes, quer de um equipamento, quer de outro, neste momento as escadas rolantes estão a ser acompanhadas pela polícia Municipal, enquanto o elevador faltava uma peça, mas já está resolvido e foi colocada uma casa para o vigilante estar devidamente acomodado quando há alguma intempérie, portanto, isso dentro de poucos dias estará solucionado e regularizado. Relativamente à questão do senhor deputado Domingos Coelho, sobre a calçada negra na baixa, vou mandar ver isso, ver o que é que se passa, porque as ruas, normalmente, são lavadas todos os dias, quer a Avenida Sá Carneiro, quer a 25 de abril, vou registar isso e já vou saber amanhã o que se passa. Relativamente aos TVDE, foi acordado com a associação criar alguns lugares de tomada e largada de passageiros, nomeadamente Pau da Bandeira, Rua do M.F.A, Alves Correia e Avenida da Liberdade, portanto, neste momento temos estes quatro sítios para tomar e largar passageiros. Estamos a preparar também, toda a parte da Oura e da Avenida Sá Carneiro Norte, para ver também essa possibilidade para não haver aqueles estacionamentos no meio da Avenida para tomar passageiros que cria algum constrangimento no trânsito. É o que está previsto neste momento, portanto, estamos a preparar os locais para colocar isso e termos daquilo que é a possibilidade, houve uma pequena alteração num caso, por causa do espaço que não era suficiente, mas vamos andando e vamos tentando melhorar aquilo que é a mobilidade e aquilo que é a necessidade. Portanto, vão ser criados esses espaços, se a Guarda Republicana já está a dizer que não podem ir à baixa, isso não é da responsabilidade da Câmara, é responsabilidade dos próprios agentes da Guarda, se dizem isso alguma razão têm, mas

não podem dizer que neste momento está em vigor alguma proibição de circulação, porque ainda não está.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia. --

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 08/04/2024 e 22/04/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 08/04/2024:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Helena Simões, Leonardo Paço e Rui Serôdio, pelo que não votaram -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 22/04/2024:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezassete (17): Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Domingos Coelho, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Adriano Ferrão, Mónica Coimbra, Helena Simões, Antonieta Dias, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram -----



## PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do relatório Anual 2023 da CPCJ de Albufeira; -----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
 Não havendo intervenções foi feita a tomada de conhecimento. -----

## PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
 Não havendo intervenções foi feita a tomada de conhecimento. -----

## PONTO QUATRO

Discussão e deliberação da indicação de novos membros substitutos por cada força política com representação na Assembleia Intermunicipal do Algarve, para acrescentar à lista apresentada inicialmente; -----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----  
Presidente da Assembleia: "Passo a indicar as referências que nos chegaram: por parte do grupo municipal PSD/CDS, foram indicados os nomes dos senhores deputados, José Vila Nova e Dário Pereira; por parte do Albufeira Prometida, foi indicado o nome da senhora deputada Mónica Félix; por parte do PS, foi indicada a senhora deputada Silvia Dias e o senhor deputado André Lima e, por parte do MIPA não houve indicação de qualquer nome. São estes os membros suplentes que constarão da ata para ser enviada à Assembleia Intermunicipal." -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, é um pedido de esclarecimento, para que depois não haja alguma informalidade, no último ponto, diz respeito ao seguinte, discussão e deliberação e a questão é, temos de votar. E já aproveitando este pequeno tempo para falar, porque estive dentro deste assunto, e faço parte da Assembleia Intermunicipal deixar o seguinte esclarecimento, principalmente para quem nos assiste e não está dentro do assunto, seja aqui ou seja em casa, isto surge porque se denotou ao longo das últimas assembleias intermunicipais, um número elevado de faltas e, o Presidente da Assembleia Intermunicipal pediu a cada Assembleia Municipal que fossem indicados mais membros no sentido de que se pudesse recorrer a várias substituições, caso fosse esse o caso." -----



Helena Simões: "Provavelmente, o meu companheiro de bancada saberá, mas como viram cheguei atrasada, não tive oportunidade. Mas não decorre da lei, o número de indicados da cada cor política, não decorre da Lei de Bases? Estou a perguntar, porque eu sei que da última vez, quando cá veio esse ponto, tínhamos a indicação específica de quantos elementos de cada partido." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, eu esclareço, da Lei decorre que tem de ser indicado pelo menos um suplente, o que quer dizer que, podem ser indicados mais e, tendo em consideração, como disse o senhor deputado Carlos Quintino, que o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal nos solicitou que apresentássemos mais suplentes, porque, infelizmente, têm faltado com alguma frequência alguns membros, implicando que a Assembleia Intermunicipal tenha ficado descaracterizada, em algumas sessões com um número menor e, muitas vezes fica numa situação complexa, que tem a ver com o facto de existir uma desproporcionalidade, ou seja, determinadas forças políticas ficam com menos elementos do que deveriam ter, porque não tem os elementos substitutos para apresentar. Até dou um exemplo concreto, numa última Assembleia Intermunicipal, um elemento desta nossa Assembleia, porque ainda não tinha sido ainda indicado, não pôde participar na Assembleia Intermunicipal, e não queremos que isso aconteça outra vez. Nesse sentido temos aqui esta deliberação. Senhor deputado, Carlos Quintino, de facto tem toda a razão e vamos para votação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Leonardo Paço e Carla Madeira. -----

Votos a favor: dezassete (17) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Nota: Nos termos da Lei, os Presidentes de Junta de Freguesia não votam neste ponto.-

### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Construção de Complexo

Habitacional - Quinta do Barros, Caligos” no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Construção de Complexo Habitacional - Ferreiras” no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras,





Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Construção de Complexo Habitacional - Samora Barros" no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2022 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Tanto quanto julgo saber, estes projetos são financiados com verbas do PRR. A minha pergunta ao Senhor Presidente é, que outros projetos têm em carteira ou, pelo menos, em projeto de anteprojeto com financiamento da própria Câmara e, designadamente, a contemplar algum destes projetos de habitação na freguesia da Guia, que é a freguesia que até hoje não tem, um projeto que possa esperar habitação mais fácil." -----

Presidente da Câmara: "Já respondi a essa questão um cem número de vezes, ia perguntar ao senhor deputado onde é que a Câmara Municipal tem terrenos para construção, por exemplo, na freguesia da Guia? Não tem. Estes três que estão aqui, são os únicos terrenos para construção que a Câmara tinha aqui em Albufeira, temos agora e tenho indo adquirido ao longo destes dois ou três anos alguns terrenos para que depois se possa colocar para construção, porque a Câmara tem muito pouco património e isso tem de ser adquirido. Se não for adquirido, ficamos sem património, portanto, não há terrenos para construção. Em Paderne há algumas coisinhas, não são muitos, mas algumas coisas relativamente pequenas, também adquiridos há poucos anos, há dois anos ou três anos pela Câmara. Na Guia estamos a ver alguns terrenos que há por lá. Já tenho dito várias vezes quando virem algum terreno com o dístico a dizer vende-se, é importante saber o que é que se passa para ver o que se consegue fazer e se se consegue adquirir. Nem sempre isso é possível, na freguesia de Ferreiras já estão mais dois comprados, um junto à estrada da nora, enfim, é o que vai aparecendo." -----

Domingos Coelho: "Daí repetir-me um pouco, daí a importância da requalificação de Paderne, a tal variante para dar a possibilidade de terrenos. Ali parece que há bastante



terrenos para uma possibilidade de construção. Já agora lembraria que em Paderne, a Câmara tem, se estou a quantificar bem, seis prédios urbanos que adquiriu em tempos e que entretanto não desenvolveu, não requalificou e, estão fechados, entaipados e penso que também urge encontrar uma solução para aqueles prédios, porque estão a degradar-se, dão uma imagem negativa à aldeia e no fundo, podiam ser utilizados para habitação face à carência que existe.” -----

Presidente da Câmara: “Um deles, já veio a esta Assembleia, já foi lançado concurso duas vezes e ficou sempre deserto, e vai ser agora lançado novamente. Os outros que estão na Rua por trás da igreja estão a desenvolver-se projetos, a Câmara comprou para evitar que aquilo caísse. Esses são os que me lembro agora, e está-se a desenvolver o projeto nesse sentido, seja para habitação, seja para outra coisa qualquer. Todos estes processos que estão aqui de habitação, a questão do PRR, não vai ser aquilo que fez, vender, maneira nenhuma. O centro de saúde já veio o acordo para assinar, o protocolo e não chega, se calhar, nem para construir metade, a outra metade tem de ser a Câmara a entrar com o dinheiro. Aquilo que se faria em tempos, dizer que era cem por cento, já nada disso é verdade, aliás, a realidade vai ser extremamente complexa, vai ser dramático, posso dizer que, nas escolas havia para o Algarve, todo trinta milhões de euros e o senhor Doutor José Apolinário, Presidente da CCDR dizia-me, a ver se consegue arranjar candidaturas, não tenha problemas, do município de Albufeira só para escolas são vinte e nove milhões e tal, que chegava, que era suficiente. Nesta primeira fase do PRR só vai ser financiada uma escola, prevê-se agora assinatura, dia vinte e nove, salvo erro, em Monchique. É uma em Faro, são três ou quatro só, lá está, trinta milhões de euros quando, se calhar, era preciso trezentos milhões. O centro de saúde vai ser uma desgraça em termos do diferencial entre aquilo que é obra em si e aquilo que é o financiamento do PRR. As escolas, vai ser esta situação que há pouco falei, a habitação vai ser semelhantes, só eventualmente a das Fontainhas, que aqui diz Ferreiras, não sei quem é que alterou o nome, porque é Fontainhas, esse que é o primeiro direito, é deve ter uma taxa de financiamento um bocado mais alta. Talvez próximo dos cem por cento, mas a obra em si, para setenta habitações já está dez ou onze milhões de euros e o problema está aí, as obras há cinco anos eram um valor, com as taxas de juro, com a inflação, com o aumento dos materiais derivado por um lado, da guerra da Ucrânia, por outro lado não, se calhar especulação, aproveitamento, enfim, tudo isso fez com que os preços da construção disparassem completamente. Aquilo que se fazia com valor



relativamente pequeno há quatro ou cinco anos, agora faz-se com o dobro ou o triplo do valor. Vamos lá ver o que é que é que vai acontecer, o futuro a Deus pertence.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, queria só colocar aqui uma questão ao senhor Presidente da Câmara, há uns dois ou três anos eu enviei uns três terrenos para a câmara, pelo que me disseram, um foi pedido avaliação, não sei se fizeram também o pedido dos outros dois, não sei se tem isso em mente, se não. Se for o caso, amanhã posso voltar a mandar esses terrenos e mais alguns também.” -----

Presidente da Câmara: “Pode mandar, na altura mandei fazer a avaliação, certamente não sei se chegou a negociação ou não deu hipóteses de isso acontecer, como sabe, o valor não poderá ir muito alto, tendo em conta aquilo que é o valor negociado e de preferência mais baixo que a avaliação, claro. Normalmente a avaliadora propõe sempre até ao limite de dez por cento a mais, mas nem sempre as pessoas querem vender pelo preço que nos interessa. Mas já não sei o que aconteceu na altura, portanto é melhor recapitularmos isso.” -----

Domingos Coelho: “O Senhor Presidente pediu terrenos que possa adquirir, eu dou uma sugestão, em Paderne, o edifício está embargado há dez ou quinze anos na Rua do Norte e embargado pela Câmara, claro, e que julgo que será edifício para dez apartamentos e tanto quanto julgo saber, o proprietário deve estar disponível para negociar.” -----

Presidente da Câmara: “Já questionei alguém lá de Paderne no sentido de saber de quem é o proprietário para ver se se chega a alguma hipótese de negociação, porque às vezes não há hipóteses de negociação. Já me aconteceu várias vezes, a pessoa está a pensar num determinado valor, que é o resultado da avaliação e a pessoa pede quatro ou cinco vezes a mais. Assim nem vale a pena falar mais.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras,

Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Helena Simões: “Antes de passar para o próximo ponto, um pedido de esclarecimento à mesa, no ponto quatro, nós colocámos uma vez mais, os Presidentes de Junta a votar e a lei é bastante clara, só os eleitos diretos é que votam, como tal, pelo menos a nível de reflexão de repercutirem ata, os mesmos têm que ser retirados da votação.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigado senhora deputada, assim será feito.” -----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Descarbonização dos Transportes Públicos do Município de Albufeira” no âmbito do Aviso n.º 01/C21-i12/2024 - Descarbonização dos Transportes Público; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Câmara: “O termo de transporte público, como está aí, é o nome da candidatura, o que a câmara vai se candidatar é apenas ao financiamento, para aquisição de três autocarros, mas não é para transportes públicos, é para transporte dos alunos das escolas dos clubes desportivos. Quando se diz descarbonização dos transportes públicos é um termo genérico. A Câmara não vai comprar autocarros para fazer carreiras, não é isso, é para esta substituir alguns que temos a funcionar a diesel, para passar a ser elétrico.” -----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Prestação de serviços de recolha seletiva de ecopontos e porta a porta comercial, no concelho de Albufeira, pelo valor de 850.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Carla Valério, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nas alíneas i) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25º da lei 75/2016, de 12 de setembro, referente à proposta de aquisição de prédio misto em Lagoas, freguesia de Ferreiras - Aprovação da minuta da escritura pública de compra e venda; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Leonardo Paço, José Vila-Nova e Carla Madeira. -----

Ausências: quatro (04) Carlos Quintino, Helena Simões, Rui Bernardo e Teresa Neto. --





Votos a favor: dezasseis (16) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carla Valério, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Apesar de não ser na Freguesia da Guia, vejo que é para aumentar uma escola na Freguesia das Ferreiras, acho muito importante, daí ter votado a favor e penso que toda a bancada do Partido Socialista o fez da mesma forma." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

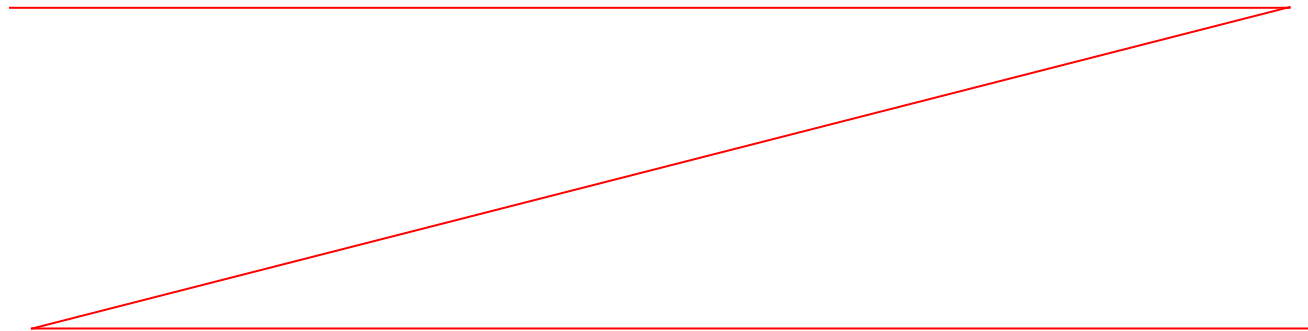
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 20 de Maio de 2024 -----  
-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
O PRIMEIRO SECRETÁRIO em regime de substituição \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_





## PEDIDO DE DOCUMENTAÇÃO

Considerando:

- 1) Que o PDM ainda em vigor é de 1995 e que supostamente já deveria ter sido revisto;
- 2) Que já em 2016 realizaram-se sessões de preparação para a revisão do atual PDM onde os munícipes puderam apresentar sugestões com a indicação, na altura, de que haveria um retorno dessas participações, o que não aconteceu,
- 3) Que no âmbito desta Assembleia foi criada uma Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM, mas que até ao momento não reuniu;
- 4) Que vários grupos políticos desta Assembleia reivindicaram documentação e informação sobre o andamento da revisão em curso;
- 5) Que, só com a devida informação, se poderá ter uma participação profícua e adequada às exigências deste instrumento de planeamento e gestão do concelho,
- 6) Que a bancada do Partido Socialista, por várias vezes, solicitou documentação sobre este processo de revisão;
- 7) Que foram prometidas reuniões com os técnicos que acompanham este processo e a disponibilização de informação/documentação necessária, todavia, até ao momento nada aconteceu.

Face ao exposto e ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição consagrado nas Leis nº 24/98 e 75/2013, o grupo do PS solicita que seja disponibilizada documentação relevante para uma revisão do PDM participada e esclarecida, designadamente, entre outros documentos, o relatório de diagnóstico e as propostas de alteração ao uso dos solos.

Assembleia Municipal, 20/5/2024

O Grupo do Partido Socialista

Silvia Dias  
